



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS JOÃO CÂMARA

BR 406, Km 73, 3500, Perímetro Rural, JOÃO CÂMARA / RN, CEP 59550-000

Fone: (84) 4005-4105

EDITAL Nº 16/2023 - DG/JC/RE/IFRN

14 de junho de 2023

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR
SUBSTITUTO PARA O IFRN - CAMPUS JOÃO CÂMARA**

A DIRETORA EM EXERCÍCIO DO CAMPUS JOÃO CÂMARA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria n. 310/2022-RE/IFRN, de 03 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 04 de março de 2022, torna pública a abertura das inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, destinado à seleção e à posterior contratação, por tempo determinado, de PROFESSOR SUBSTITUTO para atuar no ensino básico, na educação profissional de nível médio e no ensino superior, objetivando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. O processo ocorrerá de acordo com as normas a seguir.

1. DAS VAGAS

1.1 Está disposta 1 (uma) vaga de Professor Substituto da carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, distribuída por *Campus* de lotação, Matéria/Disciplina, requisitos mínimos, regime de trabalho, remuneração e cadastro de reserva conforme o QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS, ANEXO I deste Edital.

1.2 São atribuições do Professor Substituto as relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, no âmbito dos *Campi* do IFRN.

2. DA REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E OUTROS BENEFÍCIOS

2.1 A remuneração será feita de forma isonômica à remuneração da carreira, correspondendo à Classe Inicial D-I, nível 01, conforme tabela de remuneração do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, válida a partir de 01/05/2023.

TITULAÇÃO	VENCIMENTO BÁSICO	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO	REMUNERAÇÃO TOTAL
Graduação	R\$ 3.412,63	R\$ -	R\$ 3.412,63
Aperfeiçoamento	R\$ 3.412,63	R\$ 255,94	R\$ 3.668,57
Especialização	R\$ 3.412,63	R\$ 511,90	R\$ 3.924,53
Mestrado	R\$ 3.412,63	R\$ 1.279,74	R\$ 4.692,37
Doutorado	R\$ 3.412,63	R\$ 2.943,39	R\$ 6.356,02

3. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1 Em atenção ao Princípio da Razoabilidade, do total de vagas destinadas a cada cargo, 10% serão providas na forma do parágrafo 2º do artigo 5º da Lei n. 8.112/90 e do Decreto n. 3.298/99, e suas

alterações posteriores.

3.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.3 Não se aplica a reserva de vagas às pessoas com deficiência com relação aos cargos que ofereçam menos de 5 (cinco) vagas.

3.4 Caso a elevação determinada no item anterior resulte num percentual superior ao máximo de 20% determinado pela legislação, não será admitido o arredondamento para convocação de pessoas com deficiência.

3.5 A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos, inclusive as pessoas com deficiência, e a segunda, somente a classificação destes últimos.

3.5.1 A quantidade de candidatos homologados nas duas listas obedecerá ao determinado no Anexo II do Decreto n. 6.944/2009.

3.6 Caso haja convocações além do número de vagas originalmente previstas em edital, o percentual de reserva para pessoas com deficiência será aplicado sobre o total de vagas providas desde a abertura do concurso público até a data da nova convocação, abrangendo o número total das convocações e não apenas o número de vagas a serem providas em cada convocação em separado.

3.6.1. A vaga surgida em razão de desligamento de professor contratado em processo seletivo vigente implicará a convocação de candidato da respectiva fila de aprovados, geral ou de portadores de deficiência, da qual fora convocado o antigo ocupante da vaga recém-desocupada, caso ainda persista o motivo de vaga que gerou a contratação.

3.7 A convocação e a preferência para escolha de *campus*, quando da nomeação de candidatos, obedecerá à ordem de classificação no processo seletivo e será realizada de forma alternada e proporcional, nomeando-se o primeiro grupo de candidatos convocados da lista geral e a seguir o primeiro candidato da lista de pessoas com deficiência, seguido dos próximos candidatos da lista geral e da segunda pessoa com deficiência, e assim sucessivamente.

3.8 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto n. 3.298/99, e suas alterações posteriores.

3.9 O candidato com deficiência deverá declarar sua condição no ato da inscrição.

3.9.1 O candidato que não declarar sua condição de deficiente no ato da inscrição perderá o direito de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

3.10 A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto n. 3.298/99, e suas alterações posteriores, participará do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.11 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, se classificado no concurso, figurará em lista específica e também na listagem de classificação geral dos candidatos ao cargo de sua opção.

3.11.1 Se convocado, o candidato deverá submeter-se à perícia médica promovida por Junta Médica Oficial, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a condição realmente o habilita a concorrer às vagas reservadas para candidatos em tais condições.

3.11.2 O não comparecimento à convocação supramencionada acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.11.3 O candidato deverá apresentar-se à Junta Médica Oficial munido de laudo médico que ateste o tipo de deficiência em que se enquadra, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

3.11.4 A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.12 As vagas definidas no subitem 3.1 que não forem providas por falta de candidatos aptos, por reprovação no concurso ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas das 10h do dia **10 de JULHO de 2023 às 23h59 do dia 16 de JULHO de 2023**, exclusivamente via internet, através do sítio do IFRN (<http://professorsubstituto.ifrn.edu.br>).

4.2 Em caso de falha ou falta de comunicação relacionada a provedores externos, o IFRN estará isento de responsabilidade.

4.3 Informações sobre o Processo Seletivo Simplificado estarão disponíveis no sítio do IFRN, na página do *Campus* João Câmara (<https://portal.ifrn.edu.br/campus/joaocamara/>).

4.4 Para proceder com a sua inscrição no concurso, o candidato deverá:

I - Ser brasileiro nato ou naturalizado e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

II - Satisfazer todas as condições presentes neste Edital, anulando-se todos os atos decorrentes de inscrição efetuada em desacordo com as presentes normas; e

III - Preencher formulário de requerimento de inscrição através do sítio do IFRN (<http://professorsubstituto.ifrn.edu.br>) e efetuar recolhimento da taxa de inscrição no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), através da Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser paga em qualquer agência bancária até a data do vencimento.

4.5 Não serão permitidas alterações de dados que compõem o formulário de requerimento de inscrição.

4.6 Somente serão aceitas inscrições cujo pagamento seja realizado até 1 (um) dia útil após o término das inscrições.

4.7 A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.

4.8 Poderá requerer isenção da taxa de inscrição o candidato que:

I - Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007; e

II - Declarar ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007.

4.8.1 O candidato deverá solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, mediante requerimento constante no ANEXO IV (FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO), anexando cópias do documento de identificação, CPF, comprovante de residência (conta atualizada de energia elétrica, de água ou telefone fixo, contendo o mesmo endereço indicado no Formulário de Inscrição), cartão com Número de Identificação Social (NIS) e número de inscrição no PROCESSO SELETIVO, mediante correio eletrônico endereçado à cogpe.jc@ifrn.edu.br no período previsto no CRONOGRAMA, ANEXO II deste Edital.

4.9 O resultado do requerimento será publicado no sítio *docampus* (<https://portal.ifrn.edu.br/campus/joaocamara/>) no dia 13 de julho de 2023, de modo a possibilitar, no caso de indeferimento, a inscrição do candidato por meio de recolhimento da taxa de inscrição.

4.10 O Edital do Concurso e as instruções específicas da Matéria/Disciplina para a qual se inscreveu o candidato estarão disponíveis no sítio do *campus* (<https://portal.ifrn.edu.br/campus/joaocamara/>).

4.11 O candidato terá direito a apenas uma única inscrição no Processo Seletivo Simplificado referente a este Edital e deverá, necessariamente, escolher a Matéria/Disciplina para a qual prestará o concurso.

4.12 O candidato que necessitar de condições especiais para realizar as provas deverá apresentar, mediante correio eletrônico endereçado à cogpe.jc@ifrn.edu.br, até o prazo definido no ANEXO II deste Edital, requerimento devidamente instruído com atestado médico, descrevendo a sua necessidade e especificando o tipo de atendimento que a Instituição deverá dispensar para garantir sua participação no

Processo Seletivo Simplificado.

4.12.1 O requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, constando nome do candidato, número de inscrição, cargo a que concorre e endereço para correspondência.

4.12.2 Os requerimentos sem a devida instrução ou identificação serão indeferidos.

4.13 O processo seletivo ocorrerá de forma remota (videoconferência) através do aplicativo *Microsoft Teams*.

4.13.1 É de responsabilidade do candidato providenciar conta de acesso à Plataforma *Microsoft Teams*, gratuita, através do sítio (<https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams>).

5. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

5.1 São requisitos para investidura no cargo:

I - Nacionalidade brasileira;

II - Gozo dos direitos políticos;

III - Quitação com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino) e eleitorais;

IV - Nível de escolaridade e habilitação profissional exigidos para o exercício do cargo;

V - Idade mínima de 18 anos;

VI - Aptidão física e mental, comprovadas através de avaliação clínica médico-ocupacional e laboratorial realizada pelo serviço médico do IFRN.

5.2 A não apresentação dos comprovantes exigidos no item 5.1 implicará o não aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no concurso.

5.3 Não poderá ser novamente contratado o candidato que, tendo sido Professor Substituto nesta ou em outra Instituição Federal de Ensino, no Brasil, não tenha completado 24 (vinte e quatro) meses de interstício desde o final do seu último contrato, ou que esteja com o contrato em vigor, de acordo com o artigo 9º, Item III, da Lei 8.745/93, alterada pela Medida Provisória 1887-46, de 24 de setembro de 1999.

6. DO PROCESSO SELETIVO

6.1 O Processo Seletivo Simplificado será constituído de uma Prova de Desempenho (eliminatória e classificatória) e de uma Prova de Títulos (classificatória).

6.2 À Prova de Desempenho será atribuída nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo considerado candidato habilitado nesta prova aquele que obtiver o mínimo de 60 (sessenta) pontos.

6.3 Não haverá, sob qualquer pretexto, segunda chamada para as provas e/ou realização destas fora dos locais e horários determinados, salvo casos e situações excepcionais, devidamente comprovadas por atestado ou laudo médico ou decisão judicial.

6.4 O comprovante de habilitação e requisito mínimo, constante do Anexo I deste Edital, somente será exigido para o ato de contratação, quando o candidato deverá apresentar o(s) Diploma(s) ou Certificado(s) de Conclusão de Curso, não sendo aceitos Boletim ou Histórico Escolar.

7. DO SORTEIO

7.1 O sorteio do tema do candidato ocorrerá 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Prova de Desempenho, com tolerância máxima de 15 (quinze) minutos de atraso para cada candidato.

7.2 A ordem de realização do sorteio do tema e da ordem de apresentação da Prova de Desempenho será definida de acordo com a ordem de confirmação de inscrição do candidato.

7.3 O sorteio dos temas das provas de desempenho será realizado na modalidade de videoconferência, através do aplicativo *Microsoft Teams*, na presença do candidato, munido de documento de identificação, perante membros da Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

7.4 O candidato que não comparecer ao sorteio estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

7.5 Os sorteios dos temas das provas de desempenho serão realizados utilizando a funcionalidade disponível no site <https://random.org>.

8. DA PROVA DE DESEMPENHO

8.1 A Prova de Desempenho será composta de uma Aula Expositiva realizada, de forma remota, por meio de videoconferência através da plataforma **Microsoft Teams**, perante banca examinadora composta por 3 (três) profissionais da área da Matéria/Disciplina e/ou da área de Educação.

8.1.1 Em atendimento à Orientação Normativa n. 01/2018-DIGPE/IFRN, de 1º de agosto de 2018, em seu Art. 1º, será constituída banca examinadora RESERVA que atuará em SUBSTITUIÇÃO à banca examinadora citada no item 8.1 em casos de necessidades inadiáveis.

8.1.2 De acordo com o que determina o art.13, § 3º do Decreto Federal n. 6.944/2009, as provas de desempenho serão gravadas para efeito de registro e avaliação.

8.1.3 As avaliações de desempenho serão realizadas em sessão privativa, apenas com a presença do candidato, da banca avaliadora e de membros da comissão organizadora, e constará de aula expositiva sobre tema a ser sorteado entre os TEMAS PARA AS PROVAS DE DESEMPENHO, ANEXO III deste edital.

8.2 No ato do sorteio do tema para a Aula Expositiva, o candidato receberá, do responsável pelo sorteio, os dados referentes ao dia, horário, acesso à sala de videoconferência (*Microsoft Teams*) e tema para realização da Aula Expositiva.

8.3 O candidato deverá ingressar na sala de videoconferência com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário previsto para o início da sessão, de modo a fazer teste de conexão, verificando se os dispositivos webcam, microfone e fones de ouvido ou caixa de som, estão em perfeito funcionamento, bem como preparar um ambiente silencioso para a realização da prova.

8.3.1 Quando do início da sessão de apresentação, o candidato deverá estar presente na data e hora designadas.

8.3.2 O candidato que não comparecer à sessão até o horário estipulado pelo item 8.2, não poderá realizar a atividade e estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

8.4 Ao acessar a videoconferência, antes do início da Prova de Desempenho, o candidato assinará ficha de frequência e deverá apresentar Carteira de Identidade, expedida pelas Secretarias de Segurança Pública ou pelas Forças Armadas, Polícias Militares, Ordens ou Conselhos, que, por Lei Federal, tenha validade como documento de identidade e que possibilite a conferência da foto e da assinatura, ou Carteira Profissional ou Passaporte ou Carteira de Habilitação Nacional com fotografia, na forma da Lei n. 9.503/97.

8.5 A Aula Expositiva terá duração de até 45 (quarenta e cinco) minutos, de acordo com o tema sorteado, e terá o objetivo de avaliar os conhecimentos específicos e a capacidade didático-pedagógica do candidato.

8.6 Ao final dos 45 (quarenta e cinco) minutos da Aula Expositiva a Banca deverá interromper o candidato, caso ele(a) não tenha concluído a aula, a fim de manter a organização e a pontualidade de todo o processo seletivo.

8.7 Em caso de falha na conexão com a internet ou falta de energia elétrica, por parte do candidato, durante a sua apresentação, a Banca Examinadora concederá o prazo de até 15 (quinze) minutos para que o candidato tente ingressar novamente na sala de videoconferência, retomando sua apresentação, sendo desconsiderado o tempo em que permaneceu desconectado.

8.8 O não restabelecimento da conexão por parte do candidato no prazo estabelecido no item 8.7

implicará na sua desclassificação do processo seletivo, devendo a Banca Examinadora registrar em ata o ocorrido.

8.9 Caso o problema de conexão com a internet seja de um dos membros da Banca Examinadora, perdurando por mais de 15 (quinze) minutos, será acionado o membro substituto da banca, previsto no item 8.1.1, que terá 15 (quinze) minutos para ingressar na sala de videoconferência, devendo ser registrado o ocorrido em ata.

8.10 Os membros da Banca Avaliadora e os Candidatos deverão ter as câmeras ligadas durante todo o tempo que estiverem logados nas salas videoconferências do processo seletivo.

8.11 Os membros da Banca Examinadora deverão desligar os microfones enquanto o candidato estiver se apresentando, habilitando-os quando do término da apresentação.

8.12 Os recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados na aula para a prova didática são de escolha e responsabilidade de cada candidato, a Comissão de Organização recomenda o uso de computador desktop ou notebook para melhor desenvolvimento da sessão. A Instituição disponibilizará somente o link de acesso para a realização da prova de desempenho.

8.13 É de responsabilidade exclusiva do candidato a apresentação e manuseio dos seus próprios recursos tecnológicos, bem como a sua operação.

8.14 O equipamento a ser utilizado pelo candidato deverá estar carregado e conectado à fonte de energia durante toda a prova, para evitar perda de dados e/ou desconexão.

8.15 O plano de aula é item obrigatório da prova didática, devendo o candidato entregar uma cópia para a Banca Examinadora até 30 (minutos) minutos antes do início da sessão de apresentação, sob pena de eliminação do processo seletivo.

8.16 O plano de aula deverá estar em formato PDF. A entrega em outro formato implicará na eliminação do candidato.

8.17 A Comissão organizadora do processo seletivo especificará tanto no calendário como na(s) ata(s) de sorteio dos temas da prova didática o link do *Google Forms* para o qual os candidatos deverão enviar o plano de aula, sendo o arquivo nomeado da seguinte forma: "Nome completo do candidato - Disciplina - Plano de aula"

8.18 A Comissão Organizadora do Processo Seletivo não se responsabiliza pelo não recebimento dos documentos eletrônicos e pelo não acesso à sala de videoconferência para realização da prova de desempenho, por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica.

8.19 Cada membro da banca examinadora atribuirá uma nota independente, de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, e a nota final da Prova de Desempenho do candidato será a média aritmética simples das notas dos avaliadores com arredondamento para o número inteiro mais próximo (0,5 arredonda para 1).

8.20 A avaliação da Prova de Desempenho consistirá da análise dos itens descritos a seguir, com a respectiva pontuação máxima.

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Plano de Aula	Apresentação do plano e composição; Qualidade do material (ortografia; layout; tipografia); Coerência e clareza dos objetivos; Coerência entre objetivos e conteúdos; Procedimentos metodológicos; Recursos didáticos e audiovisuais; Avaliação e execução do plano; Referências bibliográficas.	10 pontos
Conteúdos Utilizados	Organização dos conteúdos (introdução, desenvolvimento e conclusão); Abordagem subjacente à prática; Atualidade das informações e adequação ao nível da turma; Sequência e estrutura dos pontos principais; Motivação e criatividade; Coerência entre plano e aula; Domínio e segurança; Avaliação.	40 pontos
Procedimentos	Emprego apropriado dos recursos didáticos; Clareza na comunicação; Utilização do tempo; Introdução,	

Didáticos	Desenvolvimento e conclusão da aula; Fixação e verificação da aprendizagem.	45 pontos
Requisitos Pessoais	Interação professor-aluno; Pontualidade; Domínio de classe; Postura profissional adequada.	05 pontos
Total		100 pontos

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1 A Prova de Títulos terá caráter classificatório, sendo considerada pela banca examinadora, nessa avaliação, a formação acadêmica e a experiência profissional do candidato.

9.2 Não serão avaliados os títulos de candidato que obtiver média inferior a 60 (sessenta) pontos na prova de desempenho.

9.3 Os documentos constantes da Prova de Títulos serão avaliados por banca examinadora composta por 3 (três) profissionais da área específica da disciplina ou da área de Educação.

9.4 À Prova de Títulos será atribuída nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

9.4.1 Dentre os títulos referentes à formação acadêmica do candidato, somente pontuará o da maior formação.

9.4.2 A pontuação por tempo de experiência é cumulativa entre os diversos tipos.

9.5 Até 30 (trinta) minutos antes do início de sua Prova de Desempenho, o candidato deverá apresentar cópia digitalizada da comprovação de todos os títulos que serão analisados pela banca examinadora, recebendo o comprovante de entrega da documentação no e-mail cadastrado no ato de sua inscrição.

9.5.1 A Comissão Organizadora do Processo Seletivo não se responsabiliza pelo não recebimento dos documentos eletrônicos, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica.

9.6 A comprovação dos títulos a serem avaliados deverá compor um único arquivo em formato PDF, não sendo aceito arquivos compactados (*zipados*). A entrega em outro formato implicará na não avaliação dos títulos.

9.6.1 A união dos documentos em um único arquivo ".pdf" poderá ser realizada por meio de ferramentas online gratuitas, conforme exemplos abaixo listados:

I - <https://www.ilovepdf.com/pt>

II - <https://combinepdf.co/pt/>

III - <https://www.pdfmergecom/pt/>

IV - <https://smallpdf.com/pt/juntarpdf>

9.6.2 A Comissão organizadora do processo seletivo especificará tanto no calendário como na(s) ata(s) de sorteio dos temas da prova didática o link do *Google Forms* para o qual os candidatos deverão enviar os comprovantes de titulação, sendo o arquivo nomeado da seguinte forma: "Nome completo do candidato - Disciplina - Títulos".

9.6.3 Os títulos constantes da Prova de Títulos serão os descritos a seguir, com os respectivos valores.

DESCRIÇÃO		PONTUAÇÃO MÁXIMA
Título de Doutorado, concedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.		60 pontos
Título de Mestrado, concedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.		50 pontos
Título de Especialização, concedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas e aproveitamento.		40 pontos
Exercício de Magistério	Em Instituição Federal de Educação Tecnológica (IFs, CEFETs, Universidades Tecnológicas, Escolas Técnicas, Escolas Agrotécnicas ou no Colégio Pedro II), com valor de 3 (três)	16 pontos

(inclusive como tutor) na área da disciplina objeto do Processo Seletivo.	pontos por semestre.	
	No ensino superior, em outras instituições de ensino, com valor de 02 pontos por semestre.	12 pontos
	No ensino médio, em outras instituições de ensino, com valor de 02 pontos por semestre.	12 pontos

10. DOS RECURSOS

10.1 Caberão recursos contra o resultado das Provas de Desempenho e de Títulos.

10.2 Para interpor recurso, o candidato deverá fazê-lo por meio de formulário próprio, conforme modelo no Anexo V (FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO), com a devida fundamentação para discordância do ato oficial praticado pela Comissão do Processo Seletivo ou banca examinadora.

10.3 O candidato deverá enviar o recurso interposto de forma digital, no primeiro dia útil após a divulgação do resultado parcial conforme Anexo II deste Edital, por meio do link que receberá no e-mail que cadastrou no formulário de requerimento de sua inscrição. Deverá, ainda, informar nome do candidato, número de inscrição, cargo a que concorre, telefone, e-mail e endereço para correspondência.

10.4 O candidato que interpuser recurso contra a prova de desempenho deverá discriminar quais os itens da prova (Plano de Aula, Conteúdos Utilizados, Procedimentos Didáticos, Requisitos Pessoais) deseja que sejam reavaliados.

10.4.1 A banca de avaliação reexaminará a aula gravada no dia da Avaliação de Desempenho do candidato requerente, ratificando ou retificando a(s) nota(s) originalmente concedida(s).

10.5 O candidato que interpuser recurso contra a prova de títulos deverá discriminar quais os títulos deseja que sejam reavaliados.

10.6 Os resultados dos recursos serão divulgados conforme cronograma no Anexo II deste edital, no sítio do *campus* (<https://portal.ifrn.edu.br/campus/joacamara/>).

11. DOS RESULTADOS

11.1 Os resultados de cada prova e o resultado final do concurso serão divulgados no sítio *docampus* (<https://portal.ifrn.edu.br/campus/joacamara/>), conforme o calendário no Anexo II.

11.2 A nota final no concurso será calculada como a média ponderada das notas das diversas etapas, sendo 8 (oito) o peso da Prova de Desempenho, e 2 (dois) o peso da Prova de Títulos.

11.3 O preenchimento das vagas, por Matéria/Disciplina e por *campus*, se dará através de processo classificatório, obedecendo a ordem decrescente da nota final dos candidatos que se submeterem a todas as provas e forem considerados habilitados nas provas eliminatórias.

11.4 Em caso de igualdade de pontos na nota final, terá preferência, para efeito de classificação, sucessivamente, o candidato que:

I - Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (artigo 27, parágrafo único da Lei n. 10.741/03);

II - Tiver maior pontuação na Prova de Desempenho;

III - Possuir maior titulação acadêmica;

IV - Tiver maior idade; ou

V - For sorteado.

12. DA CONTRATAÇÃO E VALIDADE

12.1 O Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data em que for publicada a

homologação do resultado final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período.

12.2 Havendo desistência de algum candidato convocado para contratação, poderá ser substituído pelo próximo candidato melhor colocado.

12.3 A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico (VB) acrescido de Retribuição por Titulação (RT), se houver, para cada candidato aprovado a ser contratado e outras previsões legais. O contrato será feito com base nas Leis 7.596/87, 8.745/93 e 9.849/99.

13. DO APROVEITAMENTO DO CANDIDATO

13.1 O candidato habilitado será convocado para contratação, rigorosamente de acordo com a classificação obtida, por um período máximo de até 12 (doze) meses, podendo ocorrer prorrogações subsequentes ao tempo de duração inicial. O período total de contratação não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses, conforme Lei n. 8.745/93.

13.2 Havendo desistência de algum candidato convocado para contratação, este poderá ser substituído pelo próximo candidato mais bem colocado.

13.3 Por necessidade do ensino e de acordo com a especialidade do candidato, este poderá ser remanejado para lecionar disciplina diversa daquela para a qual se candidatou no Processo Seletivo.

13.4 No interesse da Administração Federal e com a anuência do candidato habilitado, este poderá ser contratado para lotação em outro *campus* do IFRN, diferente daquele para o qual fez a inscrição.

13.5 O candidato classificado será convocado para contratação por correspondência eletrônica para o e-mail constante na Ficha de Inscrição, e/ou, quando não for possível o contato por via eletrônica, por correspondência direta para o endereço constante na Ficha de Inscrição, obrigando-se a declarar, por escrito, se aceita ou não o cargo.

13.5.1 O não pronunciamento do convocado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação, permitirá ao IFRN convocar o próximo candidato habilitado.

13.5.2 Para fins de possível convocação, o candidato habilitado será responsável pela correção e atualização de endereço e telefones, durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado.

13.5.3 Assinando declaração de que aceita o cargo, o candidato terá trinta dias para apresentar a documentação necessária à contratação.

13.6 O candidato convocado deverá apresentar, para efeito de contratação:

13.6.1 Documentos originais:

I - Declaração de Acumulação de Cargos;

II - Declaração de Bens e Valores;

III - Declaração da Junta Médica Oficial do IFRN sobre exame de sanidade e capacidade física (a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial - Art. 14 da Lei n. 8.112/90);

IV - Declaração de que não está recebendo auxílio-desemprego;

V - 1 (uma) fotografia 3x4;

VI - Comprovante de dados bancários contendo números do banco, agência e conta corrente (não são aceitos outros tipos de conta).

13.6.2 Cópias dos documentos:

I - Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - Número de PIS/PASEP devidamente registrado;

III - Cédula de Identidade;

IV - Certidão de Nascimento ou de Casamento;

V - Certidão de Nascimento de filhos dependentes (filhos menores de 21 anos ou menores de 24 anos, se estudantes, e/ou filhos incapazes);

VI - Certificado de reservista ou equivalente (se o candidato for do sexo masculino);

VII - Comprovante de escolaridade;

VIII - Título de Eleitor juntamente com comprovante de quitação eleitoral;

IX - Carteira de trabalho (folhas de número e série e folha do primeiro emprego);

X - Carteira Nacional de Habilitação (se houver);

XI - Comprovante de residência (boleto de água, luz, telefone, etc. com o endereço informado na ficha de inscrição);

XII - Exames necessários para a Junta Médica, conforme lista a ser entregue pelo IFRN.

13.7 A contratação se dará pela assinatura do respectivo contrato.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que:

I - Burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste edital;

II - Dispensar tratamento inadequado, incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida no Processo Seletivo Simplificado, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos relativos ao referido processo;

III - Tiver cometido falsidade ideológica com prova documental.

14.2 Não deverá ser contratado o candidato que for servidor da Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo nos casos previstos no inciso XVI, letras "a", "b" e "c" do artigo 37 da Constituição Federal e com a comprovação formal de compatibilidade de horário.

14.3 A inexistência das afirmativas ou a falsidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente à realização do Processo Seletivo Simplificado, implicarão eliminação sumária do candidato, ressalvado o direito de ampla defesa, sendo declarados nulos, de pleno direito, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial.

14.4 A classificação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato aprovado o direito ao ingresso automático no cargo, mas a expectativa de nele ser admitido, seguindo a ordem de classificação. A concretização desse ato fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes e ao interesse, juízo e conveniência da Administração do IFRN.

14.5 Serão incorporados ao presente Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais e normas complementares que vierem a ser publicados pelo IFRN com vistas ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste edital.

14.6 A inscrição no Processo Seletivo Simplificado implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do teor deste edital e das instruções específicas, expedientes dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

14.7 Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão analisados pela Comissão Central do Processo Seletivo Simplificado e encaminhados, se necessário, ao Reitor do IFRN.

(assinado eletronicamente)

GILMARA FREIRE AZEVEDO

Diretora em Exercício do *Campus* João Câmara do IFRN

ANEXO I – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS**Cargo: Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**

MATÉRIA/ DISCIPLINA	VAGAS	CAMPUS	HABILITAÇÃO/REQUISITO MÍNIMO	REGIME DE TRABALHO
Sistemas de informação	01	João Câmara	Graduação em Ciências da Computação; ou graduação em Engenharia de Computação; ou graduação na área de Sistemas de Informação, ou graduação com pós-graduação na área de Sistemas de informação.	40h semanais

Motivação da Contratação

MATÉRIA/ DISCIPLINA	VAGAS	CAMPUS	MOTIVO	PROFESSOR SUBSTITUÍDO
Sistemas de informação	01	João Câmara	Afastamento total para Pós-Graduação	Renan de Oliveira Silva

Cadastro de Reserva

MATÉRIA/ DISCIPLINA	VAGAS	LISTA GERAL	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	TOTAL DE RESERVAS
Sistemas de informação	01	04	01	05*

* Não haverá reserva de vagas para Pessoas com Deficiência e Candidatos Pretos/Pardos/Índios para provimento imediato em razão do quantitativo de vagas oferecidas, sendo mantido cadastro de reserva.

ANEXO II – CRONOGRAMA

ETAPA	DATA/PERÍODO PREVISTO
Inscrições e Requerimento de condições especiais	Das 10h de 10/07/2023 até 23h59min de 16/07/2023
Requerimentos de isenção e entrega de documentos	Das 10h de 10/07/2023 até 23h59min de 11/07/2023
Resultado do requerimento de isenção	13/07/2023
Divulgação da inscrições homologadas	20/07/2023
Instruções para sorteio de temas da prova de desempenho	20/07/2023
Provável início dos sorteios de temas da Prova de Desempenho	24/07/2023
Provável início da Prova de Desempenho e Títulos	25/07/2023
Resultado Parcial das Provas de Desempenho e Títulos	Até 2º (segundo) dia útil após a prova de desempenho do Último candidato
Recursos contra as Prova de Desempenho e de Títulos	1º (primeiro) dia útil após a divulgação do Resultado Parcial
Resultado Final do Processo Seletivo	Até 2º (segundo) dia útil após a data de Interposição de Recursos

ANEXO III – TEMAS PARA AS PROVAS DE DESEMPENHO

MATÉRIA/ DISCIPLINA	TEMAS
Sistemas de informação	<ol style="list-style-type: none">1. Banco de Dados: Normalização (1ª, 2ª e 3ª Forma Normal).2. Arquitetura MVC.3. Herança e Polimorfismo.4. Estrutura de Dados: Fila, Pilha e Lista.5. Métodos de Ordenação.

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO

Sr. Presidente da Comissão deste Processo Seletivo,

Eu, _____, CPF n. _____,
RG n. _____, residente à/em _____
_____, requeiro a V.Sa. **ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO** do Processo Seletivo
Simplificado regido pelo Edital 16/2023-DG/JC/RE/IFRN para a matéria/disciplina de _____
_____, a ser ministrada no *Campus* João Câmara.

Informo, para tanto, que estou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do
Governo Federal (CadÚnico) sob Número de Identificação Social (NIS) _____
_(comprovante em anexo). Declaro, ainda, que sou membro de família de baixa renda, nos termos do
Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007.

Nestes termos, peço deferimento.

João Câmara, _____ de julho de 2023.

Assinatura do Requerente

ANEXO V – FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Aos senhores/as Membros da Banca Examinadora,

Eu, _____, CPF n. _____,
RG n. _____, inscrito no Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto do IFRN –
Campus João Câmara, regido pelo Edital 16/2023-DG/JC/RE/IFRN, para a disciplina de _____
sob o número _____, venho pelo presente expor e requerer:

[Descrever o recurso conforme orientado no Item 10 deste edital e seus subitens]

Assinatura do Requerente

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gilmara Freire Azevedo, DIRETOR(A) GERAL - SUB-CHEFIA - DG/JC**, em 14/06/2023 16:02:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/06/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 560681

Código de Autenticação: ca5dba7014

